



COLEÇÃO FÓRUM  
GRANDES TEMAS ATUAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

OSWALDO OTHON DE PONTES SARAIVA FILHO

*Coordenador*

Roberto Pasqualin

*Prefácio*

# TRANSAÇÃO E ARBITRAGEM TRIBUTÁRIAS

2



© 2023 Editora Fórum Ltda.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

## Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virgínia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármem Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto ( <i>in memoriam</i> )	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabício Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

# FÓRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

Luis Cláudio Rodrigues Ferreira  
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo  
Aline Sobreira de Oliveira

Rua Paulo Ribeiro Bastos, 211 – Jardim Atlântico – CEP 31710-430  
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 99412.0131  
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do *e-mail* [editorial@editoraforum.com.br](mailto:editorial@editoraforum.com.br) para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

1772	Transação e Arbitragem Tributárias / coordenado por Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho. - Belo Horizonte : Fórum, 2023.  408p. ; 17cm x 24cm. – (Coleção Fórum grandes temas atuais de Direito Tributário ; v.2) ISBN DA COLEÇÃO: 978-65-5518-466-2 ISBN: 978-65-5518-465-5  I. Direito. 2. Direito tributário. I. Saraiva Filho, Oswaldo Othon de Pontes. II. Título. III. Série.  2022-2948	CDD 341.39 CDU 34:336.2
------	--	----------------------------

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

SARAIVA FILHO, Oswaldo Othon de Pontes (coord.). *Transação e arbitragem tributárias*. Belo Horizonte: Fórum, 2023. (Coleção Fórum grandes temas atuais de Direito Tributário ; v.2). 408p. ISBN 978-65-5518-465-5.

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO .....	13
PREFÁCIO	
<b>Roberto Pasqualin</b> .....	15
A CONFISSÃO DE DÉBITOS E A SUPERVENIENTE DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE PELO STF	
<b>Fábio Martins de Andrade</b> .....	19
Introdução .....	19
Evolução legislativa sobre parcelamento.....	21
A jurisprudência nacional .....	22
Conclusão .....	28
REPERCUSSÃO DA TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA NO PATRIMÔNIO DA PESSOA JURÍDICA TRANSIGENTE	
<b>Edison Carlos Fernandes</b> .....	31
Introdução .....	31
Repercussão dos tributos no patrimônio da pessoa jurídica contribuinte.....	32
Direitos, deveres e efeitos da transação tributária.....	34
Crédito tributário transacionado como contingência .....	35
Pagamento com crédito fiscal decorrente de prejuízo fiscal .....	39
Conclusão .....	41
A LEI Nº 13.988/2020 E A ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO	
<b>José Levi Mello do Amaral Júnior, Fabrício Da Soller</b> .....	43
Introdução .....	43
Abrangência da transação prevista na Lei nº 13.988/2020 no âmbito da Advocacia-Geral da União .....	45
Convivência da transação da Lei nº 13.988, de 2020, com aquela prevista no art. 1º da Lei nº 9.469, de 1997.....	47
Regulamentação da Advocacia-Geral da União: Portaria nº 249, de 2020.....	49
Conclusão .....	52
TRANSAÇÕES TRIBUTÁRIAS E NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS: O EMPREGO CONJUNTO DOS INSTITUTOS COMO FATOR OTIMIZADOR DA RECUPERABILIDADE DE CRÉDITOS FAZENDÁRIOS	
<b>Alice Gontijo Santos Teixeira, Lucas Vasconcellos Campos de Aquino</b> .....	53
1    Introdução .....	53
2    Complexidade tributária e litigiosidade: reflexos jurisdicionais de um sistema doente.....	54
2.1    O porquê de o sistema tributário brasileiro ser uma fonte inesgotável de contencioso .....	54
2.2    Reflexos endêmicos – Ou a justiça que tarda e falha.....	56

3	Alternativas à ineficiência sistêmica: o instituto autocompositivo para o mérito das causas tributárias .....	58
3.1	A busca por meios extraexecutivos como instrumento para o ganho de eficiência.....	58
3.2	A transação tributária: da elegia a um sistema deficiente à celebração de um instrumento de composição de interesses .....	59
3.3	A tríade transacional instituída pela Lei do Contribuinte Legal – Um cotejo entre os benefícios instituídos e os problemas atacados.....	61
3.3.1	Transação – Dívida ativa (art. 10 a 15 da Lei nº 13.988/2020).....	61
3.3.2	Transação – Contencioso (art. 16 a 22 da Lei nº 13.988/2020).....	63
3.3.3	Transação – Pequeno valor (art. 23 a 28 da Lei nº 13.988/2020) .....	64
4	Negócios jurídicos processuais: a expansão do intuito autocompositivo para além do mérito das causas tributárias.....	65
4.1	Reflexos principiológicos do Código de Processo de Civil de 2015.....	65
4.2	Convenções processuais: uma solução endógena à burocracia e morosidade processual .....	66
4.3	A incorporação, pela administração fiscal, dos negócios jurídicos processuais .....	68
5	Reflexos jurídico-tributários dos estímulos à autocomposição: o emprego conjunto da transação tributária e dos negócios jurídicos processuais .....	69
5.1	As limitações normativas ao emprego das transações tributárias e dos negócios jurídicos processuais: uma restrição à efetividade compositiva? .....	70
5.2	Breves considerações técnicas sobre o conceito de transação: uma necessária segmentação epistêmica .....	71
5.3	As convenções processuais enquanto instrumento de maximização da efetividade das transações tributárias.....	71
6	Conclusões.....	74
	Referências.....	76

## TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA E NEGÓCIO JURÍDICO PROCESSUAL

<b>Valter de Souza Lobato, Tiago Conde Teixeira, Rafael Caldeira Almeida</b> .....	79
Introdução .....	79
1 Apontamentos iniciais sobre os institutos da transação tributária e do negócio jurídico processual .....	81
2 Da utilização conjunta dos dois institutos .....	89
3 O negócio jurídico processual como alternativa ao contribuinte cujos créditos não são classificados como de difícil recuperação.....	91
Considerações finais .....	93
Referências .....	94

## AS CONDIÇÕES ESPECIAIS DA TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA FEDERAL E O EMPREGO DA CESSÃO DE CRÉDITOS (PRECATÓRIOS) PARA LIQUIDAÇÃO DO VALOR TRANSACIONADO

<b>Maria Inês Murgel, Danilo de Castro</b> .....	97
Aspectos gerais da transação tributária .....	97
A utilização de precatórios para pagamento dos valores transacionados.....	100

## PAGAMENTO DO VALOR TRANSACIONADO VIA PRECATÓRIOS

<b>Harrison Leite</b> .....	103
1 Introdução .....	103
2 Da transação tributária .....	104
3 Do precatório: relevância do fio histórico para compreensão do tema .....	106
4 Das Emendas Constitucionais nºs 94/16 e 99/2017 e o freio de arrumação.....	111

5	Da utilização de precatórios para amortização ou liquidação de saldo devedor transacionado .....	113
6	Precatório e formação da dívida consolidada: oportunidade de sua redução .....	115
7	Entraves ainda não resolvidos.....	116
8	Conclusões .....	118
	Referências .....	119

## TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA NA EXPERIÊNCIA DO ESTADO E DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO – RELEVÂNCIA OU NÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 24/1975 E DO ARTIGO 8º-A DA LEI COMPLEMENTAR Nº 116/2003?

<b>José Luis Ribeiro Brazuna</b> .....	121
I Introdução .....	121
II A transação paulista.....	122
III A transação paulistana .....	125
IV As restrições da Lei Complementar nº 24/1975 e seus impactos em relação à Lei nº 17.293/2020 .....	127
V As restrições do artigo 8º-A da Lei Complementar nº 116/2003 e seus impactos em relação à Lei nº 17.234/2020 .....	132

## COMPARAÇÃO ENTRE A TRANSAÇÃO DA LEI Nº 13.988/2020 E A TRANSAÇÃO PROPOSTA PELO PROJETO DE LEI Nº 5.082/2009

<b>Tarsila Ribeiro Marques Fernandes</b> .....	135
Introdução .....	135
1 A transação no Direito Tributário.....	136
2 Do modelo de transação previsto no Projeto de Lei nº 5.082/2009 .....	138
2.1 Regras gerais .....	138
2.2 Das modalidades de transação previstas no PL nº 5.082/2009 e das concessões recíprocas.....	140
3 Do modelo de transação tributária previsto na Lei nº 13.988/2020 em comparação com o Projeto de Lei nº 5.082/2009 .....	144
3.1 Regras gerais .....	144
3.2 Das modalidades de transação previstas no PL nº 5.082/2009 e das concessões recíprocas.....	146
4 Considerações finais .....	149
Referências .....	150

## A LIVRE CONCORRÊNCIA COMO PRESSUPOSTO PARA A TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA

<b>Daurly Cesar Fabríz, José Clito Carneiro</b> .....	153
Introdução .....	153
1 Livre iniciativa e livre concorrência .....	154
2 Transação tributária .....	156
Conclusão .....	158
Referências .....	158

## TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA E NEGÓCIO JURÍDICO PROCESSUAL

<b>Ciro César Soriano de Oliveira</b> .....	161
1 Introdução .....	161
2 Histórico e crítica à ineficiência das premissas não superadas do regime antigo .....	162
3 O novo cenário trazido pelas alterações promovidas pela Lei nº 14.112/2020 .....	165
4 O Negócio Jurídico Processual (NJP) .....	167

4.1	Conceito: NJP como forma de suspensão da execução fiscal e parcelamento do débito nele executado .....	167
5	A transação tributária .....	170
5.1	Conceitos gerais .....	170
5.2	A proposta individual do devedor .....	171
6	Transação tributária e NJP .....	171
	Referências.....	173
	Apêndice: Modificações e inovações de cunho fiscal trazidas pela Lei nº 14.112/2020 .....	175

## IMPLEMENTAÇÃO DA TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA NO ÂMBITO FEDERAL

	<b>Rogério Campos, Hadassah Laís de Sousa Santana</b> .....	179
	Introdução .....	179
1	A transação tributária como mecanismo efetivo no relacionamento entre Fisco e contribuinte .....	180
2	Transação tributária: formulação, implementação e resultados parciais.....	183
	Conclusões .....	187
	Referências.....	188

## ENTRE O ACORDO E O LITÍGIO: A TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA SOB O PRISMA JURÍDICO E ECONÔMICO

	<b>Hilyn Hueb</b> .....	191
1	Introdução .....	191
2	Indisponibilidade do interesse público e transigibilidade do crédito público .....	193
3	Discricionariedade nas diferentes modalidades de transação tributária .....	195
4	Papel da análise econômica do direito na transação tributária .....	199
5	Modelo básico da litigância civil aplicado à transação tributária .....	201
6	Conclusão .....	203
	Referências.....	204

## O QUE É CONTROVÉRSIA JURÍDICA RELEVANTE E DISSEMINADA (ART. 16 DA LEI Nº 13.988/20)?

	<b>Renata Fernandes Barroso</b> .....	207
	A busca de uma relação mais colaborativa.....	207
	A transação no contencioso tributário .....	209
	A pergunta que não quer calar.....	211
	Atualidade da controvérsia e previsibilidade de pacificação .....	213
	Casos de efeito reverso .....	214
	Conclusão .....	215

## AUTONOMIA FUNCIONAL E RESPONSABILIDADE DO AGENTE PÚBLICO EM ACORDOS DE TRANSAÇÃO – LEI Nº 13.988, DE 2020, ART. 29

	<b>Regina Maria Fernandes Barroso</b> .....	217
	Introdução .....	217
1	Princípio da supremacia e indisponibilidade de interesse público .....	219
2	Princípio da legalidade .....	223
3	Princípio da igualdade.....	226
4	Código Tributário Nacional (CTN).....	228
5	Lei nº 13.988, de 2020 .....	230
6	Responsabilização do agente público.....	240
	Conclusão .....	244
	Referências.....	245

## DA POSSIBILIDADE DE REVISÃO DO TERMO DE TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA

<b>Marcos Aurélio Pereira Valadão, Rodrigo Sene Capone</b> .....	249
1 Introdução .....	249
2 Transação tributária e seus aspectos formais .....	250
2.1 Aspectos evolutivos .....	250
2.2 A Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020 .....	252
2.3 As legislações estaduais .....	254
2.4 A formalização da transação e seus aspectos informadores .....	255
3 Acordos de transação com a administração – Aspectos gerais .....	257
3.1 A transação não é ato administrativo <i>stricto sensu</i> .....	257
3.2 Termos de transação são contratos administrativos .....	259
3.3 Condições de revisão .....	260
4 Possibilidade de revisão do termo de transação tributária .....	261
4.1 Condições que ensejam a revisão .....	261
4.2 Efeitos do pedido de revisão .....	262
5 Conclusões .....	263
Referências .....	263

## O ILÍCITO TRIBUTÁRIO SOB A PERSPECTIVA DO DIREITO DA CONCORRÊNCIA

<b>Ana Frazão</b> .....	265
1 Introdução .....	265
2 A tentativa de transformar um problema tributário em um problema concorrential .....	266
3 Limites da atuação da autoridade antitruste no combate a práticas de sonegação fiscal que possam ensejar desequilíbrios concorrentiais .....	267
4 Para efeitos concorrentiais, o descumprimento contumaz da legislação tributária não se diferencia do descumprimento contumaz de outras legislações .....	271
5 Conclusões .....	274

## ARBITRAGEM TRIBUTÁRIA: INOVAÇÃO NO CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO NO BRASIL

<b>Roberto Pasqualin</b> .....	277
1 A necessidade de meios alternativos de resolução de conflitos fiscais .....	278
2 Um sistema de contencioso tributário ineficiente e limitado no Brasil .....	280
3 Arbitragem como alternativa privada eficiente na resolução de litígios tributários .....	281
4 Criação de legislação especial para autorizar a arbitragem tributária no Brasil .....	283

## CONTRIBUTOS DA ARBITRAGEM TRIBUTÁRIA EM PORTUGAL – UMA HISTÓRIA DE SUCESSO?

<b>Clotilde Celorico Palma</b> .....	287
1 Nota introdutória .....	287
2 Características e forma de funcionamento da arbitragem tributária em Portugal .....	288
3 Os dados quantitativos da arbitragem .....	295
4 Contributos da arbitragem tributária .....	298
5 Conclusões .....	301

## A ARBITRAGEM TRIBUTÁRIA NO BRASIL

<b>Fabiana Carsoni Fernandes, Ramon Tomazela</b> .....	305
1 Introdução .....	305
2 Aspectos fundamentais da arbitragem .....	307

3	A arbitragem em matéria tributária.....	309
4	A arbitragem no Direito Tributário internacional.....	317
5	Conclusões.....	320

## CAMINHOS PARA A ARBITRAGEM TRIBUTÁRIA NO BRASIL – BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE OS PROJETOS DE LEI NºS 4.257/19 E 4.468/20

<b>Julia de Menezes Nogueira</b> .....	323
I O cenário da arbitragem tributária no Brasil.....	323
II Pontos em comum e divergentes entre os PLs nºs 4.427/19 e 4.468/20.....	324
II.I Momento em que a arbitragem pode ser eleita pelas partes.....	325
II.II Matérias passíveis de serem julgadas por arbitragem.....	328
II.III Árbitros, tribunal arbitral e árbitro desempataador.....	329
II.IV Arbitragem tributária é institucional, de direito e observa o princípio da publicidade.....	330
II.V Adoção subsidiária – Lei de Arbitragem – Lei de Transação.....	332
III Conclusão.....	333

## ARBITRAGEM TRIBUTÁRIA NO DIREITO BRASILEIRO E NO DIREITO COMPARADO: QUESTÕES PONTUAIS EM PORTUGAL E EM CABO VERDE

<b>Ana Paula Pasinatto</b> .....	335
1 Palavras iniciais.....	335
2 Apreciações pontuais da arbitragem tributária em Portugal.....	339
3 Notas sobre a arbitragem tributária de Cabo Verde.....	341
4 Arbitragem tributária no Brasil: possível modelo a ser seguido.....	345
4.1 CCAF: existência da arbitragem tributária no Brasil?.....	346
5 Palavras finais.....	350
Referências.....	351

## ARBITRAGEM TRIBUTÁRIA

<b>Maria das Graças Patrocínio Oliveira</b> .....	353
Introdução.....	353
1 A arbitragem no ordenamento jurídico brasileiro.....	355
2 Interesse público e disponibilidade do crédito tributário.....	359
3 A arbitragem tributária no Brasil.....	361
4 A arbitragem tributária no Direito português.....	367
5 Necessidade de edição de norma tributária.....	368
6 Projetos de lei concernentes à arbitragem tributária.....	369
6.1 PL nº 4.257/2019.....	369
6.2 PL nº 4.468/2020.....	370
6.3 PLP nº 469/2009.....	370
Síntese conclusiva.....	371
Referências.....	372

## PONTOS NODAIS DA ARBITRAGEM NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

<b>Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho, Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Neto</b> .....	375
1 Introdução.....	375
2 Novo paradigma que deveria existir entre o Estado e o setor privado: ruptura da cultura demandista em prol de soluções resolutivas e consensuais.....	376
3 Proveito da arbitragem para a Administração Pública.....	380
4 Escólio sobre o instituto da arbitragem e de sua aplicação em contratos administrativos.....	385



5	Autoridade competente para autorizar a arbitragem .....	392
6	A cláusula compromissória e o cumprimento dos requisitos para a instauração do juízo arbitral.....	392
7	Patrimonialidade e disponibilidade do direito discutido .....	394
8	Arbitragem de direito .....	398
9	Conflito entre os princípios publicidade e privacidade.....	398
10	Conclusão .....	399
	Referências.....	400
	SOBRE O COORDENADOR.....	403
	SOBRE OS AUTORES.....	405